DocuSign Envelope ID: 7516146E-5E72-4D90-9614-23493F57692D

Araucária Saneamento S.A.

CNPJ nº 12.049.167/0001-26

Demonstração Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial	Nota	2021	2020
Ativo/Circulante		37.717	35.615
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.010	9.698
Contas a receber	5	3.929	3.672
Contas a receber de locação de ativos	5	24.705	22.220
Outros créditos		73	25
Não Circulante		109.509	110.645
Realizável a Longo Prazo		109.503	110.639
Contas a receber locação de ativos	5	109.503	110.603
Depósitos Judiciais		–	36
Intangível		6	6
Total do ativo não circulante		109.509	110.645
		109.509	110.645
Total do Ativo		**147.226**	**146.260**

Balanço Patrimonial	Nota	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		18.288	22.165
Debêntures privadas	6	14.288	15.580
Fornecedores		3	–
Obrigações fiscais		745	670
Partes relacionadas	7	11	10
Dividendos a pagar	7	3.171	5.821
Outras obrigações		70	84
Não Circulante		71.354	76.691
Debêntures privadas	6	70.744	75.944
Outras obrigações		610	747
Total do passivo		89.642	98.856
Patrimônio Líquido	8	57.584	47.404
Capital social		17.800	17.800
Reserva legal		3.072	2.405
Reserva de lucros		36.712	27.199
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**147.226**	**146.260**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	13.351	24.509
Total do resultado abrangente do exercício	**13.351**	**24.509**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2020	**17.800**	**1.179**	**11.237**	**–**	**–**	**30.216**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	24.509	24.509
Dividendos complementares - exercícios anteriores	–	–	(1.500)	–	–	(1.500)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício de 2020	–	–	–	–	(5.821)	(5.821)
Transferência para reserva de lucros	–	1.226	17.462	–	(18.688)	–
Saldos em 31/12/2020	**17.800**	**2.405**	**27.199**	**–**	**–**	**47.404**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.351	13.351
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício de 2021	–	–	–	–	(3.171)	(3.171)
Transferência para reserva legal	–	668	–	–	(668)	–
Transferência para reserva de lucros a realizar	–	–	(27.199)	36.711	(9.512)	–
Saldos em 31/12/2021	**17.800**	**3.073**	**–**	**36.711**	**–**	**57.584**

Demonstrações do Resultado	Nota	2021	2020
Receita Líquida	9	23.490	21.316
Custo dos Serviços Prestados		–	–
Lucro Bruto		23.490	21.316
Receitas (Despesas) Operacionais:			
Gerais e administrativas	10	24	324
		24	324
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		23.514	21.640
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	11	375	217
Despesas financeiras	11	(7.898)	(8.449)
		(7.523)	(8.232)
Lucro Operacional antes dos Impostos		15.991	13.408
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	12.1	(2.640)	(2.428)
Diferidos	12.2	–	13.529
		(2.640)	11.101
Lucro Líquido do Exercício		13.351	24.509
Lucro Líquido por ação - básico e diluído		0,750	1,377

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.351	24.509
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	–	(13.529)
Juros sobre empréstimos	7.740	8.286
Remuneração do contas a receber - locação de ativo	(24.341)	(22.114)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	(361)	(700)
Amortização de custos para emissão de debêntures	152	152
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(257)	(115)
Contas a receber de locação de ativos	23.317	21.861
Outros créditos	(12)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	3	–
Partes relacionadas	1	(3)
Obrigações fiscais	75	482
Outras obrigações	(151)	(121)
Caixa oriundo das atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos	19.517	18.708
Juros pagos sobre debêntures	(7.740)	(8.287)
Caixa oriundo das atividades operacionais	11.777	10.421
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos:		
Pagamentos de debêntures	(6.644)	(6.045)
Pagamento de dividendos	(5.821)	(3.002)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(12.465)	(9.047)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(688)	1.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.698	8.324
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.010	9.698
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(688)	1.374

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Araucária Saneamento S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato. A Araucária Saneamento S.A. foi integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumiu toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva. O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R$ 266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R$ 1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (VML), na data de referência dos preços de 1º de março de 2010. O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato referiu-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração de aproximadamente 30 meses e não foi objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, que está em curso, contempla a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML. O valor estimado para conclusão da obra foi de R$ 106.000, conforme contrato entre a Araucária Saneamento S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução. Ao término da operação assistida, em outubro de 2015, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão à SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Sociedade e a SABESP e emitido em abril de 2014. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Sociedade foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada à SABESP, em função das características relacionadas abaixo: • A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil; • No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado. Com essa nova configuração, a Sociedade passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato. **1.1. Impactos da COVID-19:** A Companhia, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio da Covid-19. Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID-19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde. Entre as medidas prioritárias estabelecemos políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contato social na empresa. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra a COVID-19. É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis. O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **2. Base de preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **Determinação das receitas e custos de construção e locação de ativos:** Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção com base no modelo econômico do contrato. Na primeira etapa do contrato, que compreende a construção das obras, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. Na segunda etapa do contrato, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos será reconhecida a atualização do ativo financeiro e da locação de ativos registrado a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. **i. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. **b. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização e referem-se substancialmente aos serviços de tratamento de esgoto. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda. **c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Um ativo financeiro é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram. A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **ii. Passivos financeiros:** A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 15. **3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.3. Reconhecimento das receitas e despesas:** As receitas e os custos de construção são reconhecidos pelo valor justo de acordo com o percentual de execução das obras contratadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o período de competência. Conforme descrito na nota nº 1, a operação de locação de ativo da Sociedade é caracterizada como uma operação de venda financiada e, para retratar essa nova operação, as seguintes práticas contábeis foram adotadas: **(a)** Reconhecimento contábil da venda do ativo no resultado no exercício de 2015, com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida com as contas a receber de cliente (circulante e não circulante) e do custo pelo valor contábil do investimento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. **3.4. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e debêntures. **3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **i. Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A partir 01 de janeiro de 2020, a Sociedade optou pela apuração do imposto de renda e a contribuição social pelo regime de lucro presumido. A alíquota de presunção é de 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, respectivamente, cuja base de cálculo corresponde a 32% da receita bruta das vendas, mais a totalidade das demais receitas auferidas. A Administração da Sociedade, considerando suas projeções de resultados e os limites fiscais para essa opção, não tem expectativa de alterar esse método de apuração. **ii. Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social. **3.6. Debêntures:** Debêntures mantidas até o vencimento são passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.7. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: • Contratos de seguros (IFRS 17); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;• Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Representados por:

	2021	2020
Banco conta movimento	45	62
Aplicações financeiras	8.965	9.636
Total	9.010	9.698

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a 94% a 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021.

5. Contas a receber: Representados por:

	2021	2020
Contas a receber (i)	3.929	3.672
	3.929	3.672

• Contas a receber - locação de ativo	**2021**	**2020**
Contas a receber - locação de ativo (i)	266.876	266.876
Recebimentos	(155.272)	(131.955)
Ajuste a valor presente	(92.039)	(99.552)
Ajuste pela taxa de retorno (ii)	117.824	100.996
Impairment - locação de ativos	(3.181)	(3.542)
Total	134.208	132.823
Ativo circulante	24.705	22.220
Ativo não circulante	109.503	110.603

(i) Representa valores a receber da SABESP referente à locação de ativos da estação de tratamento de esgoto em Campos do Jordão; **(ii)** Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 17,85% ao ano, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade. O prazo médio das contas a receber, referidas no item (a) é de 35 dias. Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldos vencidos registrados nas contas a receber. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Sociedade não constituiu provisão para perdas. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato. A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em	
2022	24.705
2023	25.658
2024	26.556
2025	27.486
Após 2025	29.803
Total	134.208

6. Debêntures privadas: Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos a debêntures, estavam representados por:

Debenturista	Encargos financeiros anuais	Vencimento	2021	2020
Carteira Administrativa de Saneamento do FGTS	TR + 9% a.a.	01/03/2030	86.272	92.915
(–) Custo de transação			(1.240)	(1.391)
			85.032	91.524
Passivo circulante			14.288	15.580
Passivo não circulante			70.744	75.944

Em 15 de fevereiro de 2012, a Sociedade firmou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie com Garantia Real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como Agente Fiduciário e Representante dos Debenturistas no montante de R$ 95.500. Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R$ 10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado acima. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 07 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará *jus* a juros equivalentes à variação acumulada da taxa referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano (*spread*). A amortização das debêntures está sendo realizada mensalmente, no 1º dia de cada mês calendário, a partir do primeiro dia do 34º (trigésimo quarto) mês calendário contado da data de emissão e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º (ducentésimo décimo sexto) mês-calendário contado da data de emissão. A primeira parcela da amortização das debêntures foi paga em 29 de dezembro de 2014. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021 o saldo totalizava R$ 1.240, sendo, R$ 152 no circulante e R$ 1.088 no não circulante. Os custos de transação são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc. **Garantias:** As debêntures são garantidas por: **Alienação fiduciária:** • Cada acionista alienou fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Sociedade de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital; • Os acionistas da Sociedade empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Sociedade e todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro; • A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04 do Código Civil, todos os Direitos Creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela Sabesp e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela Sabesp, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na Cláusula nº 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na Conta "Recebíveis", inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; • A Araucária a partir de 1º de dezembro de 2014 está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade nº 0495-4, agência 3097, junto à Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e as amortizações de principal das Debêntures, devido nos 3 (três) meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada acima foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável aos Debenturistas. A Araucária Saneamento S.A. possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionados à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura (covenants financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da Sociedade. **Movimentação:** A movimentação das debêntures aconteceu conforme abaixo:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	91.524	97.418
(+) Adição de juros	7.740	8.286
(-) Amortização principal	(6.644)	(6.045)
(-) Amortização juros	(7.740)	(8.287)
(+) Amortização do custo de transação	152	152
Saldo no final do exercício	85.032	91.524

As debêntures de longo prazo, 31 de dezembro de 2021, têm os seguintes vencimentos:

	2021
2023	14.510
2024	14.571
2025	14.660
Após 2025	27.003
	70.744

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas restritivas (covenants) vigentes relativas ao contrato de financiamento.

7. Contas a pagar com partes relacionadas: Representado por:

	2021			2020		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais	Contas a pagar	Dividen dos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Brasil Ltda.	11	1.617	124	10	2.969	121
Cesbe Engenharia	–	951	–	–	1.746	–
Construtora Elevação	–	603	–	–	1.106	–
Total	**11**	**3.171**	**124**	**10**	**5.821**	**121**

8. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o valor do capital social integralizado é de R$ 17.800 e está representado por 17.800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social (%)
GS Inima Brasil Ltda.	9.078.000	51
Cesbe Participações S.A.	5.340.000	30
Construtora Elevação Ltda.	3.382.000	19
	17.800.000	100

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reservas de lucros e distribuição de dividendos:** A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária. Em 31 de dezembro foi aprovado em assembleia geral ordinária a transferência dos recursos constantes da conta de reserva de lucros retidos, no montante de R$ 36.711, para a conta de reserva de lucros a realizar a fim de observar a limitação imposta pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Em 07 de maio de 2021, foram totalmente quitados os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020. A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 3.171, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **9. Receita líquida:** São representadas por:

	2021	2020
Receita líquida	23.490	21.316
	23.490	21.316

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados é como segue:

	2021	2020
Receita de locação ativo	23.317	21.861
Receita de ativo financeiro	1.024	252
PIS	(152)	(142)
COFINS	(699)	(655)
Receita líquida	23.490	21.316

10. Custos e despesas por natureza: Estão representados por:

	2021	2020
Materiais adm.	43	10
Serviços de terceiros	169	262
Publicidade e propaganda	–	3
Impairment do ativo financeiro	(361)	(700)
Outras despesas	125	101
Total	(24)	(324)

11. Resultado financeiro	**2021**	**2020**
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	375	217
Total	375	217
Despesa financeira		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(7.740)	(8.286)
Despesas bancárias	(6)	(5)
Custo transação	(152)	(152)
Outras	–	(6)
Total	(7.898)	(8.449)
Resultado financeiro líquido	(7.523)	(8.232)

12. Imposto de Renda e Contribuição Social: 12.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Receita bruta	23.317	21.861
Redução para base de cálculo	32%	32%
Base de cálculo da receita	7.461	6.996
Outras receitas	375	217
Base de cálculo do lucro presumido	7.836	7.212
Imposto apurado	**(2.640)**	**(2.428)**

12.2. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

A Sociedade deixou de ser tributada pelo lucro real e passou a ser tributada pelo lucro presumido. Sendo assim, as disposições normativas que tratam do diferimento do lucro auferido na fase de construção da infraestrutura em virtude do reconhecimento de ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa, quais sejam, artigo 36 da Lei nº 12.973, de 2014, e artigos 168 a 170 da IN RFB nº 1.700, de 2017, aplicam-se somente ao Lucro Real e esclarecem que o lucro auferido nessa fase poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento das receitas contratadas. Paralelamente a isso, relativamente ao lucro presumido com base no regime de caixa, prevalece a regra de reconhecimento das receitas e resultados à medida do seu recebimento. Sendo assim, devido a mudança no regime de tributação, conforme citado acima, as perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões que não suportam as expectativas da Administração para o exercício corrente. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração. **13. Lucro por ação:** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

Básico	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	13.351	24.509
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	17.800	17.800
Lucro líquido por ação - básico - R$	**0,750**	**1,377**
Diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	13.351	24.509
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	17.800	17.800
Lucro líquido por ação - diluído - R$	**0,750**	**1,377**

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. **14. Demonstrações dos fluxos de caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa:** A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4. **15. Instrumentos financeiros: 15.1. Exposição a riscos cambiais:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. **15.2. Exposição a riscos de taxas de juros:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes. **15.3. Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras. A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. **15.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. **16. Cobertura de seguros:** A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o Contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Sociedade. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	50.000

17. Eventos subsequentes: A Sociedade não identificou eventos subsequentes as demonstrações contábeis que necessitem ser divulgados. **18. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 18 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Marco Aurélio Lima Fontoura - Diretor Técnico

Carlos de Loyola e Silva - Diretor Administrativo

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Araucária Saneamento S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Araucária Saneamento S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Araucária Saneamento S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos a seguir, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **Reconhecimento da receita de locação de ativos:** A Sociedade mantém o montante de R$ 132.823 mil registrados como contas a receber de locação de ativos em 31 de dezembro de 2021, relacionados ao Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 que tem como objeto à locação de ativos, precedida da concessão do direito real de uso das áreas e da execução das obras. Os valores do contas a receber de locação de ativos possuem expectativas de recuperação ao longo do respectivo Termo de Contrato, baseada na remuneração do Valor do Montante periódico Líquido (VML) recebido do poder concedente (SABESP) até o término do contrato, descontados a valor presente pela taxa de retorno do investimento. Devido ao contas a receber de locação de ativos serem amortizados pela contraprestação recebida (VML) ao longo do termo de contrato, a Administração da Sociedade avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) desses ativos, e adicionalmente opta por divulgar sua análise do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nosso enfoque de auditoria consistiu em obtenção de conhecimento sobre fluxos de negócios e de aspectos contratuais, incluindo controles exercidos. Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento operacional da Sociedade, além da sua área financeira-contábil, para entender situações de possíveis riscos relacionados ao Termo de Contrato; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Sociedade acerca de identificar eventuais litígios em disputa relacionada ao Termo de Contrato entre a Sociedade e o poder concedente; (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Sociedade com o objetivo de se identificar problemas relacionados a continuidade do Termo de Contrato; (iv) revisão do modelo financeiro de fluxo de caixa das contraprestações a receber (VML) até o final do Contrato, descontado, pela taxa de retorno do investimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do referido modelo e as principais premissas utilizadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 18 de fevereiro de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador - CRC 1 SP 262247/O-8

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2022 23:26:30 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*